



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
SECRETARIA EXECUTIVA
SECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Ministério da Previdência Social

Brasília-DF
Março/2024

ÍNDICE

CONTEXTO OPERACIONAL.....	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	5
NOTAS EXPLICATIVAS	18
BALANÇO PATRIMONIAL	22
NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	22
NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO	22
NOTA 03 - ESTOQUES.....	25
NOTA 04 – ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA	25
NOTA 05 - INVESTIMENTOS	25
NOTA 06 - IMOBILIZADO	26
NOTA 07 - INTANGÍVEL	28
NOTA 08 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	29
NOTA 09 – FORNECEDORES A PAGAR.....	29
NOTA 10 - PROVISÕES	29
NOTA 11 - DEMAIS OBRIGAÇÕES.....	31
NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	33
NOTA 13 - RESULTADO PATRIMONIAL.....	33

MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Carlos Lupi

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Wolney Queiroz Maciel

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Esther Dweck

SECRETÁRIA-EXECUTIVA

Cristina Kiomi Mori

SECRETÁRIO DE GESTÃO CORPORATIVO

Cilair Rodrigues de Abreu

DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Leonardo David da Silva Luz

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE

Enoque da Rocha Costa

EQUIPE TÉCNICA:

Rafael de Souza – Coordenador de Informação Contábil

Alexandre Gomes Oliveira – Chefe de Divisão de Informação Contábil

Filipe Antunes Barros

Email: cicon.cgcon.dfc@economia.gov.br

CONTEXTO OPERACIONAL

O Ministério da Previdência Social (MPS) foi criado pela Medida Provisória nº 1.154, de 01/01/2023, convertida na [Lei nº 14.600](#), de 19/6/2023, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Conforme o [decreto nº 11.356](#), de 01/01/2023, constituem áreas de competência do MPS:

Constituem áreas de competência do MPS:

- I - Previdência social
- II - Previdência complementar

Estas e outras informações relevantes a respeito do MPS relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no <https://www.gov.br/previdencia/pt-br>

Cabe destacar ainda que por meio da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023 foi disciplinado o compartilhamento de atividades de suporte administrativo entre Ministérios.

Estão abrangidas as atividades de administração patrimonial, de material e de espaço físico, gestão de pessoas, serviços gerais, orçamento e finanças, contabilidade, logística, contratos, planejamento governamental e gestão estratégica, tecnologia da informação e, a critérios dos órgãos envolvidos, também outras atividades de suporte administrativo.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio da Secretaria de Serviços Compartilhados (SSC), atenderá inicialmente os seguintes ministérios: o próprio Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Fazenda; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Planejamento e Orçamento; Empreendedorismo, Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e Povos Indígenas.

Posteriormente, o Ministério das Mulheres (MM), o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Ministério da Previdência Social (MPS) foram integrados ao arranjo colaborativo.

Para mais informações sobre o novo modelo de compartilhamento de atividades de administração, acesse a íntegra da [Portaria MGI nº 43/2023](#).

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO MAR (Fechado)
EMISSÃO 29/04/2024	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE	105.883.208.815,01	71.868.829.098,69	PASSIVO CIRCULANTE	308.473.181.786,35	265.400.329.960,20
Caixa e Equivalentes de Caixa	57.715.945.136,40	31.270.825.428,01	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	70.081.398.950,27	49.032.177.155,50
Créditos a Curto Prazo	47.997.420.111,63	40.429.889.630,52	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	92.075.246.589,88	89.205.886.232,68	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	178.310.280,49	129.650.623,55
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-44.077.826.478,25	-48.775.976.802,14	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	174.699,99	346.406,30
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoque	38.616.274,19	37.401.155,54	Provisões a Curto Prazo	117.604.179.326,40	120.708.200.105,83
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	130.693.280,05	130.693.280,05	Demais Obrigações a Curto Prazo	120.609.118.529,20	95.529.955.669,02
VPDs Pagas Antecipadamente	534.012,74	19.604,57			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	294.397.880.264,16	281.985.568.323,05	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.678.881.973.181,75	1.675.771.246.035,16
Ativo Realizável a Longo Prazo	289.015.339.618,72	276.607.631.572,69	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	8.599.314.551,41	8.422.582.568,40
Créditos a Longo Prazo	289.014.112.090,84	276.606.404.044,61	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	130.190.000,50	129.578.879,98	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	57.139.835,36	57.139.835,36
Dívida Ativa Não Tributária	66.681.056,18	66.301.256,61	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Créditos Previdenciários do RPPS	46.238.347.491,35	43.218.847.040,79	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	370.422.006.143,18	361.264.758.572,33	Provisões a Longo Prazo	1.586.362.968.347,39	1.586.367.591.689,68
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-127.841.112.600,57	-128.073.079.705,10	Demais Obrigações a Longo Prazo	83.862.550.447,59	80.923.931.941,72
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	1.227.528,08	1.227.528,08	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.987.355.154.968,10	1.941.171.575.995,36
Estoque	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos	2.223.853.811,64	2.214.057.146,25	ESPECIFICAÇÃO		
Participações Permanentes	1.092.804.927,31	1.088.559.443,03		2023	2022
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	1.092.804.927,31	1.088.559.443,03	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Propriedades para Investimento	1.131.048.884,33	1.125.497.703,22	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Propriedades para Investimento	1.131.048.884,33	1.125.497.703,22	Reservas de Capital	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Demais Reservas	104.559.262,63	104.559.262,63
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultados Acumulados	-1.587.178.625.151,56	-1.587.421.737.836,25
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Resultado do Exercício	1.751.263.514,88	24.224.097.170,13
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	-1.665.154.101.215,76	-1.501.710.026.718,07
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	76.224.212.549,32	-109.935.808.288,31
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Imobilizado	3.138.288.944,64	3.138.881.714,95	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-1.587.074.065.888,93	-1.587.317.178.573,62
Bens Móveis	161.191.704,02	156.231.562,22			
Bens Móveis	614.132.447,92	604.440.860,59			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-452.940.743,90	-448.209.298,37			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	2.977.097.240,82	2.982.650.152,73			
Bens Imóveis	2.977.097.240,82	2.982.650.152,73			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de março de 2024
Em reais, exceto quando indicado de outra forma



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO MAR (Fechado)
EMISSION 29/04/2024	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	20.397.889,16	24.997.889,16			
Softwares	20.397.889,16	24.997.889,16			
Softwares	23.075.288,16	27.675.288,16			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-2.677.399,00	-2.677.399,00			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	400.281.089.079,17	353.854.397.421,74	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	400.281.089.079,17	353.854.397.421,74

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	57.742.202.115,12	31.297.082.406,73	PASSIVO FINANCEIRO	271.943.609.754,11	60.514.001.028,44
ATIVO PERMANENTE	342.538.886.964,05	322.557.315.015,01	PASSIVO PERMANENTE	1.925.403.287.170,48	1.883.660.053.988,24
SALDO PATRIMONIAL	1.797.065.807.845,42	1.590.319.657.594,94			

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	82.129.935.871,16	5.397.335.137,85	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	7.467.568.285,79	7.326.073.264,34
Atos Potenciais Ativos	82.129.935.871,16	5.397.335.137,85	Atos Potenciais Passivos	7.467.568.285,79	7.326.073.264,34
Garantias e Contragarantias Recebidas	133.199.161,32	133.390.407,64	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	81.976.724.467,91	5.247.204.220,49	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	4.519.820,61	5.703.876,74
Direitos Contratuais	20.012.241,93	16.740.509,72	Obrigações Contratuais	7.463.048.465,18	7.320.369.387,60
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	82.129.935.871,16	5.397.335.137,85	TOTAL	7.467.568.285,79	7.326.073.264,34



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO MAR (Fechado)
-------------------	--------------------------

EMIÇÃO 29/04/2024	PÁGINA 3
----------------------	-------------

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.093.427.424,34
Recursos Vinculados	-213.107.980.214,65
Seguridade Social (Exeto Previdência)	-27.978.106.038,15
Previdência Social (RPPS)	-375.649.129,36
Previdência Social (RGPS)	-184.631.274.336,94
Dívida Pública	-49.202.620,93
Fundos, Órgãos e Programas	-73.748.089,27
TOTAL	-214.201.407.638,99



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2024

PERÍODO
MAR (Fechado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS

EMISSÃO
29/04/2024

PAGINA
1

SUBTÍTULO 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS

ORGAO SUPERIOR 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	902.728.682.136,73	727.594.050.973,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	29.683.078,41	28.693.725,00
Impostos	-	-
Taxas	29.683.078,41	28.693.725,00
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	146.006.978.466,15	132.908.660.821,39
Contribuições Sociais	146.006.978.466,15	132.908.660.821,39
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.730.679.472,16	1.390.414.502,51
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.730.679.472,16	1.390.414.502,51
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	7.984.146.402,29	2.423.639.025,47
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	381.069,15	137.774,15
Juros e Encargos de Mora	7.875.045.726,05	2.065.349.152,73
Variações Monetárias e Cambiais	12.501.470,01	9.717.032,08
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	98.218.137,08	348.435.066,51
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	714.937.373.947,98	568.903.531.169,82
Transferências Intragovernamentais	714.936.490.325,86	568.901.375.314,88
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	883.622,32	2.155.854,94
Valorização e Ganhos de Ativos e Desincorporação de Passivos	4.533.039.584,88	3.570.521.609,06
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	185.423,45
Ganhos com Incorporação de Ativos	28.183,88	50.441,04
Ganhos com Desincorporação de Passivos	4.533.011.401,00	3.570.305.744,57
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	27.506.781.184,86	18.368.590.120,72
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	693.077,80	679.184,24
Resultado Positivo de Participações	4.245.484,28	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO MAR (Fechado)
EMISSÃO 29/04/2024	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTÍTULO	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2024	2023
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	14.397.482.318,15	6.449.226.804,12
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	13.104.380.304,63	11.918.884.132,38
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	900.977.418.621,85	738.632.177.085,01
Pessoal e Encargos	2.343.768.586,95	792.371.113,57
Remuneração a Pessoal	2.078.236.293,46	615.100.995,09
Encargos Patronais	195.048.357,58	127.726.637,24
Benefícios a Pessoal	54.771.171,85	34.035.042,04
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	15.712.764,08	15.508.439,20
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	254.389.712.024,00	233.195.793.785,49
Aposentadorias e Reformas	160.732.375.107,64	148.349.338.195,09
Pensões	52.842.214.143,81	49.431.842.464,58
Benefícios de Prestação Continuada	25.680.475.877,71	21.254.729.825,83
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	15.134.646.895,04	14.159.883.300,01
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	419.885.528,53	368.837.953,74
Uso de Material de Consumo	5.533.323,33	2.226.512,41
Serviços	408.358.752,57	361.628.497,18
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.993.452,63	4.982.944,17
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.307.920,96	2.107.387.276,40
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.265.544,13	14.463.201,77
Variações Monetárias e Cambiais	10.850,34	2.092.900.476,64
Descontos Financeiros Concedidos	7.919,17	589,32
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	23.607,32	33.008,67
Transferências e Delegações Concedidas	605.488.436.896,11	465.619.485.471,36
Transferências Intragovernamentais	605.487.918.414,96	465.617.519.604,40
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	210.696,14	488.321,48
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	307.785,01	1.477.545,48
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	30.065.255.951,79	29.822.003.950,73
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	5.093.182.661,36	7.303.424.601,91
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	67,24	301,89
Incorporação de Passivos	24.950.207.158,46	22.495.556.196,43



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO MAR (Fechado)
EMISSÃO 29/04/2024	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTÍTULO	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2024	2023
Desincorporação de Ativos	21.888.064,73	23.022.850,50
Tributárias	18.198.642,14	10.248.311,55
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	422.402,67	219.025,93
Contribuições	17.776.239,47	10.029.285,62
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.250.853.071,37	6.716.049.222,17
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	104.694.917,35
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	2.308.197.044,74	119.432.813,29
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	5.942.656.026,63	6.491.921.491,53
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.751.263.514,88	-11.038.126.111,04

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2024	2023



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2024

PERÍODO
MAR (Fechado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS

EMISSÃO
29/04/2024

PAGINA
1

SUBTÍTULO 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS

ORGAO SUPERIOR 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	26.452.809.817,00	27.495.504.663,11
INGRESSOS	868.446.382.008,87	707.110.484.093,13
Receita Tributária	20.781.731,23	20.089.079,84
Receita de Contribuições	149.852.071.239,50	134.722.057.010,55
Receita Patrimonial	1.728.398.415,50	1.387.905.015,51
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	12.637.073,86	8.470.336,73
Remuneração das Disponibilidades	98.468.692,75	269.403.210,36
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.510.048.928,84	1.563.278.391,84
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	715.223.975.927,19	569.139.281.048,30
Ingressos Extraorçamentários	110.836.494,80	37.395.191,88
Restituições a Pagar	6.354,64	-
Transferências Financeiras Recebidas	714.921.474.764,17	568.798.148.776,90
Arrecadação de Outra Unidade	179.964.938,84	301.943.834,72
Demais Recebimentos	5.693.374,74	1.793.244,80
DESEMBOLSOS	-841.993.572.191,87	-679.614.979.430,02
Pessoal e Demais Despesas	-236.419.337.173,82	-214.279.433.985,47
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-537.578,26	-2.543.914,47
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-25.231.284.793,82	-20.921.059.637,02
Previdência Social	-210.444.015.662,88	-192.809.740.718,84
Saúde	-	-
Trabalho	-91.403.892,86	-382.780,91
Educação	-146.952,92	-171.808,71
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2024

PERÍODO
MAR (Fechado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS

EMISSÃO
29/04/2024

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS

ORGAO SUPERIOR 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2024	2023
Organização Agrária	-	-
Indústria	-11.958,75	-14.699,80
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-651.980.719,32	-545.524.974,15
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	4.284,57	4.548,23
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-228.676.078,64	-141.381.876,70
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-228.651.203,84	-140.893.555,22
Outras Transferências Concedidas	-24.875,00	-488.321,48
Outros Desembolsos Operacionais	-605.345.558.939,41	-465.194.163.567,85
Dispêndios Extraorçamentários	-8.933.618,97	-36.773.911,80
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-64.151,09
Transferências Financeiras Concedidas	-805.338.625.320,44	-465.157.325.505,16
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-7.690.108,61	-2.079.341,44
INGRESSOS	788.043,09	1.857.502,68
Alienação de Bens	788.043,09	1.857.502,68
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-8.478.151,70	-3.936.844,12
Aquisição de Ativo Não Circulante	-7.798.613,00	-2.534.172,20
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-679.538,70	-1.402.671,92
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26.445.119.708,39	27.493.425.321,67
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	31.270.825.428,01	23.814.148.165,21
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	57.715.945.136,40	51.307.573.486,88



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024	PERÍODO MAR (Fechado)
EMISSÃO 29/04/2024	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTÍTULO	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	644.088.942.584,00	644.088.942.584,00	153.222.406.081,68	-490.866.536.502,32
Receitas Tributárias	60.812.363,00	60.812.363,00	20.781.731,23	-40.030.631,77
Impostos	-	-	-	-
Taxas	60.812.363,00	60.812.363,00	20.781.731,23	-40.030.631,77
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	636.123.416.385,00	636.123.416.385,00	149.852.071.239,50	-486.271.345.145,50
Contribuições Sociais	636.123.416.385,00	636.123.416.385,00	149.852.071.239,50	-486.271.345.145,50
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	6.662.820.224,00	6.662.820.224,00	1.826.867.108,25	-4.835.953.115,75
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	15.032.787,00	15.032.787,00	2.052.122,64	-12.980.664,36
Valores Mobiliários	595.467.643,00	595.467.643,00	98.488.692,75	-496.978.950,25
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	6.052.319.794,00	6.052.319.794,00	1.726.346.292,88	-4.325.973.501,14
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	21.003.510,00	21.003.510,00	12.637.073,86	-8.366.436,14
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	21.003.510,00	21.003.510,00	12.637.073,86	-8.366.436,14
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.220.890.102,00	1.220.890.102,00	1.510.048.928,84	289.158.826,84
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	89.762.879,00	89.762.879,00	27.537.737,05	-62.225.141,95
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	111.731.028,00	111.731.028,00	1.151.268.300,68	1.039.537.272,68
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	8.950,91	8.950,91
Demais Receitas Correntes	1.019.396.195,00	1.019.396.195,00	331.233.940,20	-688.162.254,80
RECEITAS DE CAPITAL	179.394.088.805,00	179.394.088.805,00	788.043,09	-179.393.300.761,91
Operações de Crédito	179.393.532.461,00	179.393.532.461,00	-	-179.393.532.461,00
Operações de Crédito Internas	179.393.532.461,00	179.393.532.461,00	-	-179.393.532.461,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	556.344,00	556.344,00	788.043,09	231.699,09
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	556.344,00	556.344,00	788.043,09	231.699,09
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2024

PERÍODO
MAR (Fechado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS

EMISSÃO
29/04/2024

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS

ORGAO SUPERIOR 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	823.483.031.389,00	823.483.031.389,00	153.223.194.124,77	-670.259.837.264,23
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	823.483.031.389,00	823.483.031.389,00	153.223.194.124,77	-670.259.837.264,23
DEFICIT	-	-	295.377.865.492,71	295.377.865.492,71
TOTAL	823.483.031.389,00	823.483.031.389,00	448.601.059.617,48	-374.881.971.771,52
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-5.906.305.836,00	-	5.906.305.836,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-5.906.305.836,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	929.699.384.669,00	923.793.078.833,00	448.599.324.079,76	239.666.532.056,24	178.317.138.526,74	475.193.754.753,24
Pessoal e Encargos Sociais	12.652.269.914,00	12.652.269.914,00	4.846.616.525,14	2.686.034.292,86	1.899.949.913,38	7.805.653.388,86
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	917.047.114.755,00	911.140.808.919,00	443.752.707.554,62	236.980.497.763,38	176.417.188.613,36	467.388.101.364,38
DESPESAS DE CAPITAL	84.767.720,00	84.767.720,00	1.735.537,72	812.156,90	679.538,70	83.032.182,28
Investimentos	84.767.720,00	84.767.720,00	1.735.537,72	812.156,90	679.538,70	83.032.182,28
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	13.098.460,00	13.098.460,00	-	-	-	13.098.460,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	929.797.250.849,00	923.890.945.013,00	448.601.059.617,48	239.667.344.213,14	178.317.818.065,44	475.289.885.395,52
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	929.797.250.849,00	923.890.945.013,00	448.601.059.617,48	239.667.344.213,14	178.317.818.065,44	475.289.885.395,52



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024 PERÍODO MAR (Fechado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS

EMIÇÃO 29/04/2024 PAGINA 3

SUBTÍTULO 33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS

ORGAO SUPERIOR 33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	929.797.250.849,00	923.890.945.013,00	448.601.059.617,48	239.667.344.213,14	178.317.818.065,44	475.289.885.395,52

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	149.593.262,72	2.818.917.276,10	1.016.507.500,51	988.484.889,61	619.216.040,45	1.360.809.608,76
Pessoal e Encargos Sociais	12.135.093,48	48.181.626,97	5.561.339,00	5.556.728,26	-	54.759.992,19
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	137.458.169,24	2.770.735.649,13	1.010.946.161,51	982.928.161,35	619.216.040,45	1.306.049.616,57
DESPESAS DE CAPITAL	2.058.321,62	46.298.691,63	10.530.344,51	7.756.034,00	-	40.600.979,25
Investimentos	2.058.321,62	46.298.691,63	10.530.344,51	7.756.034,00	-	40.600.979,25
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	151.651.584,34	2.865.215.967,73	1.027.037.845,02	996.240.923,61	619.216.040,45	1.401.410.588,01

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	6.000.022,32	57.345.112.694,57	57.342.394.120,68	3.583.588,13	5.135.008,08
Pessoal e Encargos Sociais	13.337,76	882.173.835,77	879.784.479,37	375.273,88	2.027.420,28
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.986.684,56	56.462.938.858,80	56.462.609.641,31	3.208.314,25	3.107.587,80
DESPESAS DE CAPITAL	162.035,51	42.579,00	42.579,00	96.571,63	65.463,88
Investimentos	162.035,51	42.579,00	42.579,00	96.571,63	65.463,88
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	6.162.057,83	57.345.155.273,57	57.342.436.699,68	3.680.159,76	5.200.471,96



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024 PERÍODO MAR (Fechado)

EMISSÃO 29/04/2024 PAGINA 1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTÍTULO	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Receitas Orçamentárias	153.223.194.124,77	137.973.060.547,51	Despesas Orçamentárias	448.601.059.617,48	466.795.533.005,93
Ordinárias	-	-	Ordinárias	2.130.078.607,24	95.141.901.895,97
Vinculadas	146.984.544.485,22	131.359.344.031,30	Vinculadas	446.470.981.010,24	371.653.631.109,96
Seguridade Social (Exoeto Previdência)	1.931.206.441,17	1.758.951.613,48	Seguridade Social (Exoeto Previdência)	59.902.127.106,00	83.475.462.362,85
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	423.278.052,00	122.775.238,00
Previdência Social (RGPS)	145.032.352.412,85	129.581.113.256,01	Previdência Social (RGPS)	386.057.665.500,00	288.049.715.689,48
Dívida Pública	-	850.879,34	Dívida Pública	-	1.450.000,00
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	20.985.631,20	20.424.618,80	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	87.912.352,24	4.227.819,83
Recursos Não Classificados	-	3.683,67			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	6.238.649.639,55	6.613.716.516,21			
Transferências Financeiras Recebidas	714.921.474.764,17	568.798.148.776,90	Transferências Financeiras Concedidas	605.336.625.320,44	465.157.325.505,16
Resultantes da Execução Orçamentária	625.718.988.976,69	511.224.965.445,64	Resultantes da Execução Orçamentária	396.368.278.871,76	302.827.854.926,28
Cota Recebida	205.349.368.156,51	120.678.382.039,80	Repasso Concedido	393.164.820.022,10	299.561.267.289,02
Repasso Recebido	417.166.161.970,52	387.279.780.768,58	Sub-repasso Concedido	3.203.458.849,66	3.266.587.637,26
Sub-repasso Recebido	3.203.458.849,66	3.266.802.637,26	Independentes da Execução Orçamentária	208.968.346.448,68	162.329.470.578,88
Independentes da Execução Orçamentária	89.202.485.787,48	57.573.183.331,28	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	62.780.854.796,66	31.263.883.202,50
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	94.544.075.712,55	63.107.361.029,27	Demais Transferências Concedidas	2.059.622,11	1.018.017,74
Demais Transferências Recebidas	2.618.422,15	54.698,40	Movimento de Saldos Patrimoniais	146.185.432.029,91	131.064.569.358,64
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-5.344.208.347,22	-5.534.232.396,41	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	270.585.746.999,63	305.449.084.683,59	Pagamentos Extraorçamentários	58.347.611.242,26	52.774.010.175,24
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	61.349.526.147,70	54.848.629.988,96	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	57.342.436.699,68	51.856.060.088,56
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	208.933.715.404,34	250.250.317.875,00	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	996.240.923,61	881.112.023,99
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	116.836.494,80	37.395.191,88	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.933.618,97	36.773.911,60
Outros Recebimentos Extraorçamentários	185.688.952,79	303.741.627,75	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	64.151,09
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	4.284,57	4.548,23	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	64.151,09
Restituições a Pagar	6.354,64	-			
Arrecadação de Outra Unidade	179.964.938,84	301.943.834,72			
Demais Recebimentos	5.693.374,74	1.793.244,80			
Saldo do Exercício Anterior	31.270.825.428,01	23.814.148.165,21	Saldo para o Exercício Seguinte	57.715.945.136,40	51.307.573.486,88
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.270.825.428,01	23.814.148.165,21	Caixa e Equivalentes de Caixa	57.715.945.136,40	51.307.573.486,88
TOTAL	1.170.001.241.316,58	1.036.034.442.173,21	TOTAL	1.170.001.241.316,58	1.036.034.442.173,21



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO 2024 PERÍODO MAR (Fechado)

EMISSÃO 29/04/2024 PAGINA 1

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS

SUBTÍTULO 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA - UNIÃO - 02 - ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS

ORGAO SUPERIOR 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023	-	-	-	-	-	-1.501.710.026.718,07	-	-	-1.501.710.026.718,07
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-109.935.808.288,31	-	-	-109.935.808.288,31
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	104.559.262,63	-	-	-	104.559.262,63
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	24.224.097.170,13	-	-	24.224.097.170,13
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023	-	-	-	-	104.559.262,63	-1.587.421.737.836,25	-	-	-1.587.317.178.573,62

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024	-	-	-	-	104.559.262,63	-1.587.421.737.836,25	-	-	-1.587.317.178.573,62
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-1.508.149.311,80	-	-	-1.508.149.311,80
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-1.518,39	-	-	-1.518,39
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	1.751.263.514,88	-	-	1.751.263.514,88
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2024	-	-	-	-	104.559.262,63	-1.587.178.625.151,56	-	-	-1.587.074.065.888,93

NOTAS EXPLICATIVAS

1 Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis: Exercício Financeiro de 2024

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do MPS.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades MPS administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- i. Balanço Patrimonial (BP);
- ii. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- iii. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- iv. Balanço Orçamentário (BO);
- v. Balanço Financeiro (BF);
- vi. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- vii. Notas Explicativas.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

O Balanço Orçamentário, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no exercício.

2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste MPS, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público:

A) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

B) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

C) Créditos

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- i. dívida ativa;
- ii. empréstimos e financiamentos concedidos
- iii. demais Valores

Os valores são mensurados pelo custo histórico, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

D) Investimentos e Aplicações Temporárias

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

E) Estoques

Compreendem os materiais de uso e consumo, selos de controle e produtos em trânsito. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

F) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com:

- iv. dívida ativa;
- v. empréstimos e financiamentos concedidos e
- vi. investimentos temporários.

Os valores são mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

G) Investimentos

São compostos por:

- i. participações permanentes; e
- ii. demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

H) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

I) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

J) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP, a Lei nº 10.180/2001 e o Decreto nº 6.976/2009.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração direta da União, suas Autarquias e Fundações, disponível no sítio do Tesouro Nacional, e na Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014.

Reavaliação

Segundo o art. 4º da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

- i. Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU);
- ii. Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; e
- iii. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros.

Ainda de acordo com o referido normativo, os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Redução ao Valor Recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual Siafi, especificamente na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio do Tesouro Nacional.

Conforme descrito no item 3.1 da Macrofunção supracitada, no momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por não recuperabilidade será reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, impactando diretamente o patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por não recuperabilidade do ativo será reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por não recuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo será ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

Depreciação, Amortização e Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN-SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

A tabela de vida útil e valor residual dos bens móveis encontra-se elencada no item 6.3 da Macrofunção 020330.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

K) Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. fornecedores e contas a pagar;
- iii. obrigações fiscais;
- iv. demais obrigações.

L) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa. O valor reconhecido como provisão deve corresponder à melhor estimativa de desembolso necessário para liquidar a obrigação presente na data das demonstrações contábeis.

M) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- i. **Resultado patrimonial:** A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta "Superavit/Deficit do Exercício". O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.
- ii. **Resultado orçamentário:** O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- iii. **Resultado financeiro:** representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa

N) Composição do Órgão e Órgão Superior

ÓRGÃO

MPS

Secretaria de Regime Geral de Previdência Social

Secretaria de Regime Próprio e Complementar

ÓRGÃO SUPERIOR

Ministério da Previdência Social | MPS

Fundo do Regime Geral da Previdência Social | FRGPS

Instituto Nacional do Seguro Social | INSS

Superintendência Nacional de Previdência Complementar | PREVIC

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são os recursos para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. A tabela a seguir demonstra a composição da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Detalhamento	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Moeda Nacional	7.771.218.029	89.025.982	57.715.945.136	31.270.825.428
Moeda Estrangeira	-	-	-	-
Total	7.771.218.029	89.025.982	57.715.945.136	31.270.825.428
Circulante	7.771.218.029	89.025.982	57.715.945.136	31.270.825.428
Não Circulante	-	-	-	-

1.1 Moeda Nacional

A tabela a seguir demonstra a composição da “Moeda Nacional” item mais significativo da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa:

Moeda Nacional	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Bancos	-	-	7.906.245	8.289.049
Caixa	7.771.218.029	89.025.982	57.708.038.891	31.262.536.379
Total	7.771.218.029	89.025.982	57.715.945.136	31.270.825.428
Circulante	7.771.218.029	89.025.982	57.715.945.136	31.270.825.428
Não Circulante	-	-	-	-

1.1 Caixa e Equivalentes - FRGPS

Esse item contempla numerários advindos, em especial, de contribuições previdenciárias e está inserido na Conta Única do Tesouro Nacional, na subconta Previdência, cujo controle e gestão são da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

No FRGPS, o caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas transferências de recursos originados de receitas de contribuições e de alienação de bens imóveis, arrecadados pelo FRGPS, cuja destinação é exclusiva para o pagamento das despesas oriundas de fontes de recursos dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/03/2024	31/12/2023	AH%	AV%
Limite de Saque	42.611.754.265	23.481.797.287	81%	100%
Total	42.611.754.265	23.481.797.287	81%	100%

Circulante	42.611.754.265	23.481.797.287
Não Circulante	-	-

A conta de Limite de Saque teve uma elevação horizontal entre os exercícios de 2023 e o 1º trimestre de 2024, proveniente de um maior aporte de recursos liberados pelo Tesouro.

1.2 Caixa e Equivalentes - INSS

As contas Caixa e Equivalentes de Caixa são compostas pelas transferências de recursos, receitas decorrentes da folha de benefícios, dentre outras, destinadas para o pagamento das despesas oriundas de benefícios assistenciais e custeio da máquina administrativa.

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/03/2024	31/12/2023	AH%	AV%
Limite de Saque	7.323.185.326	7.689.445.667	-5%	100%
Demais Contas	7.025.354	7.431.474	-5%	0%
Total	7.330.210.680	7.696.877.140	-10%	100%

Circulante	7.330.210.680	7.696.877.140
Não Circulante	-	-

Decréscimo percentual de 4,76% do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, é proveniente de um menor aporte de recursos liberados pelo Tesouro. Importante frisar que esse subgrupo contempla numerários pertencentes à Conta Única do Tesouro Nacional, cujo controle e gestão são realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

NOTA 02 - CRÉDITOS A CURTO E LONGO PRAZO

2.1 Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Esse grupo de contas compreende o somatório dos valores de empréstimos e financiamentos concedidos por autorizações legais ou vinculações a contratos e acordos.

Empréstimos e Financiamentos Concedidos	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Haveres Financeiros não Relac. a Entes Federativos	-	-	130.190.001	129.576.880
Subtotal	-	-	130.190.001	129.576.880
(-) Ajuste para Perdas	-	-	-	-
Total	-	-	130.190.001	129.576.880

Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	130.190.001	129.576.880

2.1.1 Empréstimos e Financiamentos Concedidos – FRGPS

Empréstimos e Financiamentos Concedidos	31/03/2024	31/12/2023	AH%	AV%
Haveres Financeiros não Relac. a Entes Federativos	130.190.001	129.576.880	0,5%	100%
Subtotal	130.190.001	129.576.880	0,5%	100%
(-) Ajuste para Perdas	-	-	-	-
Total	130.190.001	129.576.880	0,5%	100%

Circulante	-	-
Não Circulante	130.190.001	129.576.880

A variação é proveniente de registros referentes à lançamentos/atualização de valores referentes à financiamento imobiliário concedido.

2.2 Dívida Ativa

A dívida ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez foram apuradas, inscritos por não terem sido quitados e não atingidos por nenhuma causa de extinção ou suspensão de exigibilidade.

Dív. Ativa Trib. e Não Trib.	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Créd. Trib. Não Previdenciário	-	-	66.681.056	66.301.257
Subtotal	-	-	66.681.056	66.301.257
(-) Ajuste para Perdas	-	-	-26.364.407	-26.289.652
Total	-	-	40.316.649	40.011.604

Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	40.316.649	40.011.604

2.2.1 Dívida Ativa – PREVIC

Dívida Ativa Tributária e Não Tributária	31/03/2024	31/12/2023	AH%	AV%
Dívida Ativa Não Tributária	40.045.774	39.740.729	1%	100%
Subtotal	40.045.774	39.740.729	1%	100%
(-) Ajuste para Perdas	-	-	0%	-8%
Total	36.996.583	36.691.538	1%	92%

Circulante	-	-
Não Circulante	36.996.583	36.691.538

2.3 Créditos Previdenciários

Registra os valores a receber, provenientes da compensação previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social e o Regime Próprio de Previdência dos entes federativos (União, Estados e Municípios).

Créditos Previdenciários do RPPS	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Créditos Previdenciários do RPPS	-	-	46.236.347.491	43.218.847.041
Subtotal	-	-	46.236.347.491	43.218.847.041
(-) Ajuste para Perdas	-	-	-	-
Total	-	-	46.236.347.491	43.218.847.041

Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	46.236.347.491	43.218.847.041

2.3.1 Créditos Previdenciários – FRGPS

Créditos Previdenciários do RPPS	31/03/2024	31/12/2023	AH%	AV%
Créditos Previdenciários do RPPS	46.236.347.491	43.218.847.041	7%	100%
Subtotal	46.236.347.491	43.218.847.041	7%	100%
(-) Ajuste para Perdas	-	-	-	-
Total	46.236.347.491	43.218.847.041	7%	100%

Circulante	-	-
Não Circulante	46.236.347.491	43.218.847.041

Variação da conta em virtude dos novos valores a receber, levantados pela Divisão de Compensação Previdenciária, conforme processo SEI: 350.14.088437/2024-78, provenientes de compensação previdenciária entre os regimes.

2.4 Demais Créditos

Os Demais Créditos e Valores compreendem os valores a receber pelas demais transações (que não se enquadram nos grupos de contas anteriores) realizáveis no curto e longo prazo.

Demais Créditos e Valores	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Valores Arrecadados por Outras Entidades	-	-	366.862.634.918	357.700.278.867
Créditos Arrecadados por Outra Entidade	-	-	91.184.954.122	88.210.393.465
Créditos por Dano ao Patrimônio	78.263.406	78.263.406	3.556.610.219	3.561.102.224
Créditos a Receber de Instituição Financeira	-	-	448.793.849	459.604.637
Títulos a Receber	-	-	331.636.283	331.636.283
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	30.857.732	30.857.732
Créditos a Receber de Entidades Federais	-	-	23.903.782	23.438.891
Demais	9.343.749	63.853.796	57.861.828	153.312.706
Subtotal	87.607.155	142.117.202	462.497.252.733	450.470.624.805
(-) Ajuste para Perdas	- 78.218.803	- 78.218.803	- 171.892.574.672	- 176.822.766.655
Total	9.388.353	63.898.399	290.604.678.062	273.647.858.150
Circulante	9.363.668	63.873.715	47.997.420.112	40.429.889.631
Não Circulante	24.684	24.684	242.607.257.950	233.217.968.519

- i. **Crédito por Dano ao Patrimônio:** Para mensurar o ajuste para perdas utiliza-se uma média percentual dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios. Assim, se inferirá o Percentual de Créditos não Recebidos a ser aplicado sobre o Saldo Final dos Créditos a Receber por Dano ao Patrimônio Público.

2.4.1 Demais Créditos - FRGPS

- i. **Demais Obrigações a Curto Prazo:** Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo e valores relacionados à créditos tributários, geridos pela SRFB.
- ii. **Demais Obrigações a Longo Prazo:** Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo e valores relacionados à créditos tributários, geridos pela SRFB e dívida ativa previdenciária, geridos pela PGFN.

Demais Créditos e Valores	31/03/2024	31/12/2023	AH	AV
Valores Arrecadados por Outras Entidades	366.862.634.918	357.700.278.867	3%	80%
Créditos Arrecadados por Outra Entidade	91.184.954.122	88.210.393.465	3%	20%
Créditos por Dano ao Patrimônio	2.783.653.305	2.784.661.900	0%	1%
Demais	35.283.952	34.478.226	2%	0%
Subtotal	460.866.526.297	448.729.812.459	3%	100%
(-) Ajuste para Perdas	- 171.199.976.979	- 176.127.401.136	-3%	-37%
Total	289.666.549.318	272.602.411.323	6%	63%

Circulante	47.174.040.335	39.500.272.928
Não Circulante	242.492.508.984	233.102.138.396

A variação positiva do saldo líquido, no curto prazo, de 19,43% se explica, principalmente, pela movimentação da conta Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo, que apresentou uma elevação percentual de 3,37%, conta essa que representa 193,37% do subgrupo. Tal acréscimo refere-se, em grande parte, à atualização dos créditos ativos, efetuados pela SRFB.

Salienta-se ainda a variação horizontal de 9,63% ocorrido na conta redutora Ajustes de Perdas em Demais Créditos e Valores Curto Prazo, nos períodos analisados, explicada pelo reconhecimento de Perdas, conforme metodologia descrita na Nota 4 da Nota Explicativa do órgão - FRGPS (37904), bem como proveniente dos créditos tributários lançados pela SRFB.

Na análise, a rubrica Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo - Intra apresentou uma variação positiva de 0,03% entre 1º trimestre de 2024 e o exercício de 2023, representando 151,29% dos Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, devido a uma elevação nos valores dos registros de atualização de créditos, feita pela SRFB e atualização de valores da dívida ativa previdenciária e repartição de créditos, registrados pela PGFN.

A conta Ajuste de Perdas e Demais Créditos e Valores a LP - Intra, apresentou, no 1º trimestre de 2024, o montante de R\$ 125,19 bilhões, decorrente da atualização dos créditos ativos pela RFB/Codac - Ajuste de Perda Previdenciária, realizados pela SRFB e ajuste para perdas sobre a dívida ativa previdenciária, registrados pela PGFN, conforme consta na Nota 8 da Nota Explicativa do órgão - FRGPS (37904) e, tendo esta conta, no período analisado, apresentado uma variação horizontal de 0,002% em relação ao ano de 2023.

Salienta-se que os Ajustes para Perdas de Créditos Tributários e Dívida Ativa Previdenciária são lançados pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, respectivamente, não sendo controlados pela autarquia, cabendo apenas o acompanhamento das contas contábeis.

2.5 Ajuste para Perdas

Na tabela a seguir fica sintetizado os valores registrados de ajustes para perdas nas contas do grupo de créditos a receber a curto e longo prazos.

(-) Ajuste para Perdas	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Demais Créditos e Valores	- 78.218.803	- 78.218.803	- 171.892.574.672	- 176.822.766.655
Dívida Ativa Tributária e Não Tributária	-	-	26.364.407	26.289.652
Total	- 78.218.803	- 78.218.803	- 171.918.939.079	- 176.849.056.307
Circulante	- 5.181	- 5.181	- 44.077.826.478	- 48.775.976.602
Não Circulante	- 78.213.621	- 78.213.621	- 127.841.112.601	- 128.073.079.705

NOTA 03 - ESTOQUES

Abaixo a tabela que registra os estoques, mais especificamente, os itens registrados nas contas de material de consumo do MPS.

Estoques	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Materiais de Consumo	-	-	38.616.274	37.401.156
Total	-	-	38.616.274	37.401.156
Circulante	-	-	38.616.274	37.401.156
Não Circulante	-	-	-	-

NOTA 04 – ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Compreendem os ativos não financeiros cuja recuperação esperada do seu valor contábil venha a ocorrer por meio de uma transação de venda em vez do uso contínuo, dentro de um prazo inferior a 12 meses.

Ativos Mantidos para Venda	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Imóveis e Terrenos	-	-	130.693.280	130.693.280
Total	-	-	130.693.280	130.693.280
Circulante	-	-	130.693.280	130.693.280
Não Circulante	-	-	-	-

4.1 Ativos Mantidos para Venda - FRGPS

No âmbito do Órgão Superior, 100% do montante de ativos mantidos para venda é de competência do Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS.

Os valores elencados na conta de Ativo mantidos para venda constam no inventário de bens imóveis emitido pela área responsável pela gestão desses bens e têm sua justificativa respaldada no Despacho 14612932, Processo SEI 35014.307726/2023-09, destacando que a alienação de imóveis do INSS/FRGPS, pela nova legislação que rege o patrimônio imobiliário, está fora da governança do INSS.

“Diante do novo cenário, a partir de 2020, e dentro do período de pandemia proporcionado pelo novo coronavírus - COVID-19, o INSS iniciou os procedimentos determinados pelo novo arcabouço jurídico estabelecido, inerente à transferência de gestão dos imóveis não operacionais do Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS para a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União - SPU, nos termos do art. 22, da Lei 14.011, de 10 de junho de 2020.

NOTA 05 - INVESTIMENTOS

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem com os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade.

Investimentos	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Propriedades para Investimento	-	-	1.131.048.884	1.125.497.703
Empresas avaliadas pelo MEP	-	-	1.092.804.927	1.088.559.443
Total	-	-	2.223.853.812	2.214.057.146
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	2.223.853.812	2.214.057.146

5.1 Investimentos - FRGPS

No âmbito do Órgão Superior, 100% do montante de Investimentos é de competência do Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS.

- Propriedade para Investimento:** representa os imóveis do FRGPS classificados como não destinados a uso, ou seja, imóveis não operacionais. A variação na conta propriedade para investimento, relaciona-se ao subgrupo edifício, tendo em vista uma reclassificação de saldo face imóvel transferido da UG 510178 haja vista reclassificação do imóvel no sistema SGPI, conforme Portaria PRES/INSS n 1.639 de 01/12/2023 – DOU 230 de 05/12/2023.
- Empresas avaliadas pelo MEP:** Trata-se do reconhecimento de participação relevante na Dataprev no percentual de 49% no Patrimônio Líquido da investida conforme previsto em seu estatuto Social.

NOTA 06 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado é o item tangível (corpóreo, material) que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens. O imobilizado está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis.

Imobilizado	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Custo	25.462.979	25.462.979	614.132.448	604.440.861
(-) Depreciação	- 18.275.285	- 18.275.285	- 452.940.744	- 448.209.298
(-) Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-
Bens Móveis	7.187.694	7.187.694	161.191.704	156.231.562
Custo	-	-	2.977.097.241	2.982.650.153
(-) Depreciação	-	-	-	-
(-) Amortização	-	-	-	-
Bens Imóveis	-	-	2.977.097.241	2.982.650.153
Total	7.187.694	7.187.694	3.138.288.945	3.138.881.715
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	7.187.694	7.187.694	3.138.288.945	3.138.881.715

6.1 Bens Móveis

Os bens móveis são registrados e gerenciados no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), totalmente integrado com o SIAFI.

6.1.1 (-) Depreciação

As informações da depreciação dos bens móveis são apuradas pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes; e
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Essas definições originam-se da necessidade de padronização de critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para geração de dados consistentes e comparáveis, viabilizando a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União - BGU dos critérios adotados para depreciação.

6.1.2 Reavaliação

De acordo com o Manual SIAFI na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, as reavaliações devem ser realizadas utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado na data de encerramento do Balanço Patrimonial, pelo menos:

- Anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados;
- A cada quatro anos, para as demais contas ou grupos de contas.

Essa reavaliação somente será efetuada se o valor líquido contábil sofrer modificação significativa. Deve-se sempre levar em conta a relação custo-benefício e a representatividade dos valores.

Entretanto, o MPS ainda não realiza sistematicamente os procedimentos para contabilização da reavaliação dos Bens Móveis registrados no seu ativo.

6.1.3 Redução ao Valor Recuperável

De acordo com a supracitada Macrofunção 020335, entende-se por redução ao valor recuperável a desvalorização de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Ou seja, caso o valor contábil de um ativo apresente valor acima da quantia que será recuperada através do uso ou da venda desse ativo, é possível afirmar que esse ativo está em imparidade (impairment). O valor da perda deverá ser estimado por meio de testes de recuperabilidade.

O valor de um bem deve ser reduzido ao valor recuperável se alguma das situações abaixo for verdadeira:

- Cessaçã total ou parcial das demandas ou necessidade dos serviços fornecidos pelo bem;
- Diminuição significativa, de longo prazo, das demandas ou necessidade dos serviços fornecidos pelo bem;
- Dano físico do bem;
- Mudanças significativas, de longo prazo, com efeito adverso na entidade, ocorreram ou estão para ocorrer no ambiente tecnológico, legal ou de política de governo no qual a entidade opera;
- Mudanças significantes, de longo prazo, com efeito adverso na entidade ocorreram ou estão para ocorrer na extensão ou maneira da utilização do bem. Essas modificações incluem a ociosidade do bem, planos para descontinuar ou reestruturar a operação no qual ele é utilizado, ou planos de se desfazer do bem antes da data previamente estimada;

- vi. É decidido interromper a construção de um bem antes que o mesmo esteja em condições de uso;
- vii. Há indicação de que a performance de serviço do bem está ou estará significativamente pior do que esperado;
- viii. Durante o período, o valor de mercado de um bem caiu significativamente, mais do que seria esperado pela passagem do tempo ou uso normal.

Entretanto, o MPS ainda não realiza sistematicamente os procedimentos para contabilização da redução ao valor recuperável dos bens móveis registrados no seu ativo.

6.2 Bens Imóveis

Os imóveis de uso especial são registrados e gerenciados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), integrado ao SIAFI, exceto quanto à depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado à STN.

6.2.2 (-) Depreciação

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

6.2.3 Reavaliação

Segundo o art. 6º da Portaria Conjunta STN-SPU nº 10/2023, os valores dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

- I. Sejam aplicadas obras ou reformas, a título de benfeitoria, em valor percentual igual ou superior a vinte por cento do valor líquido contábil;
- II. Houver alteração de área construída ou tipologia do imóvel, independentemente do valor investido;
- III. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros; e
- IV. A data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) for igual ou superior a 5 (cinco) anos.

Os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

6.2.4 Redução ao Valor Recuperável

Conforme descrito no tópico correspondente dos Bens Móveis, os procedimentos para redução ao valor recuperável são os mesmos para todo o ativo Imobilizado.

Entretanto, o MPS ainda não realiza sistematicamente os procedimentos para contabilização da redução ao valor recuperável dos bens imóveis registrados no seu ativo.

6.3 Imobilizado – INSS

No âmbito do INSS, o imobilizado é composto por bens móveis e imóveis utilizados nas atividades operacionais no Órgão, dos quais são reconhecidos com base no valor de aquisição acrescidos dos impostos não recuperáveis e outros gastos necessários para colocar o ativo em operação.

Imobilizado	31/03/2024	31/12/2023
Custo	578.727.634	569.867.286
(-) Depreciação	- 428.629.340	- 424.040.824
(-) Redução ao Valor Recup.	-	-
Bens Móveis	150.098.295	145.826.463
Custo	2.977.097.241	2.982.650.153
(-) Depreciação	-	-
(-) Amortização	-	-
Bens Imóveis	2.977.097.241	2.982.650.153
Total	3.127.195.535	3.128.476.615

Circulante	-	-
Não Circulante	3.127.195.535	3.128.476.615

Os bens de uso especial do INSS são aqueles destinados a uma finalidade específica, ou seja, bens imóveis de propriedade do Instituto considerados necessários, ainda que futuramente, vinculados às suas atividades operacionais.

Os imóveis de uso especial são classificados em operacionais, funcionais e em reserva técnica. Consideram-se operacionais, os imóveis destinados às atividades institucionais do INSS, tais como Agências da Previdência Social, sede das Gerências-Executivas, Superintendências Regionais e Administração Central.

Já os Funcionais são imóveis residenciais, localizados no Distrito Federal, destinados à ocupação por servidores, dirigentes do INSS ou do Ministério da Previdência Social (art. 3º da Resolução nº 265/PRES/INSS, de 14 de janeiro de 2013), e aqueles que, por suas características e localização, sejam declarados pelo INSS como relacionados aos seus objetivos institucionais. Por fim, os de reserva técnica são imóveis destinados à ocupação futura por qualquer unidade do Instituto.

A variação percentual de apresentada no Grupo Imobilizado, deve-se, em grande parte, a movimentação no saldo da rubrica Edifícios, pertencente aos Bens Imóveis, proveniente de uma reclassificação da função dos bens.

NOTA 07 - INTANGÍVEL

O intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Intangível	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Custo	16.286	16.286	23.075.288	27.675.288
(-) Amortização	-	-	- 2.677.399	- 2.677.399
Total	16.286	16.286	20.397.889	24.997.889
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	16.286	16.286	20.397.889	24.997.889

A metodologia para amortização dos bens com vida útil definida tem como base de cálculo o custo do ativo intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o de quotas constantes.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. A avaliação de vida útil indefinida deve ser revisada periodicamente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida deve ser realizada de forma prospectiva

7.1 Intangível - INSS

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Intangível	31/03/2024	31/12/2023	AH	AV
Custo	18.736.408	23.336.408	-20%	100%
(-) Amortização	-	-	0%	0%
Total	18.736.408	23.336.408	-20%	100%

Circulante	-	-
Não Circulante	18.736.408	23.336.408

O Intangível trouxe uma queda percentual de 19,71%, em virtude da baixa contábil de um software não mais em uso pela autarquia. Complementa-se ainda que o subgrupo é composto por softwares adquiridos pela Autarquia, com vida útil indefinida, com finalidades operacionais e administrativas, destacando-se os sistemas/softwarees como licenças QLIK SENSE, CONSIAFI, Sistema de Atendimento – SAT, Sistema de Agendamento – SAG, Meu INSS, dentre outros.

NOTA 08 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

As obrigações de natureza trabalhista, previdenciária e assistenciais registradas pelo MPS estão descritas na tabela abaixo.

Obrig. Trabalhistas, Previd. e Assist.	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Benefícios Previdenciários	290.979	292.742	46.828.495.072	44.448.408.977
Décimo Terceiro a Pagar	46.805.651	-	17.414.843.265	-
Precatórios	-	-	9.186.135.244	9.010.170.452
Benefícios Assistenciais	-	-	3.592.293.313	3.214.237.300
Férias a Pagar	985.686.054	-	1.083.304.122	113.675.998
Salários, Remunerações e Benefícios	68.973.071	77.577.614	573.866.256	660.830.906
Contribuição a Entidades	682.816	688.883	1.031.947	1.071.585
INSS Contribuição	454.559	1.071.928	491.776	1.112.191
PSSS Contribuição	250.000	-	250.000	-
FGTS	2.507	1.384	2.507	1.384
Total	1.103.145.638	79.632.551	78.680.713.502	57.449.508.793

Circulante	1.103.145.638	79.632.551	70.081.398.950	49.026.926.225
Não Circulante	-	-	8.599.314.551	8.422.582.568

8.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias E Assistenciais - FRGPS

Obrig. Trabalhistas, Previd. e Assist.	31/03/2024	31/12/2023	AH	AV
Benefícios Previdenciários	46.787.450.500	44.414.507.822	5%	64%
Décimo Terceiro a Pagar	17.258.972.919	-	-	24%
Precatórios	9.186.135.244	9.010.170.452	2%	13%
Total	73.232.558.663	53.424.678.274	37%	100%

Circulante	64.633.244.111	45.002.095.706
Não Circulante	8.599.314.551	8.422.582.568

Destacam-se os valores do passivo circulante correspondentes aos Benefícios Previdenciários já liquidados e que serão pagos no mês seguinte e as despesas apropriadas do Décimo Terceiro a Pagar que serão pagos conforme calendário de pagamento de benefícios. A conta de benefícios previdenciários aumentou em relação ao último trimestre em 5,34%, enquanto a conta de décimo terceiro a pagar teve os primeiros registros referente a proporcionalidade do primeiro trimestre de 2024, não havia saldo no final de 2023 em virtude dos pagamentos que ocorrem no final do ano.

A conta de precatórios aumentou em 1,95% em relação ao trimestre anterior e representa 12,54% do passivo total, sendo que R\$ 8,59 bilhões

correspondem ao passivo não circulante caracterizando obrigações de longo prazo.

NOTA 09 – FORNECEDORES A PAGAR

Registra os valores a pagar aos credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços.

Fornecedores e Contas a Pagar	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Fornecedores e Contas a Pagar nacional	238.097	-	178.310.280	129.650.624
Fornecedores e Contas a Pagar estrangeiro	-	-	57.139.835	57.139.835
Total	238.097	-	235.450.116	186.790.459

Circulante	238.097	-	178.310.280	129.650.624
Não Circulante	-	-	57.139.835	57.139.835

9.1 Fornecedores a Pagar – INSS

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de mercadorias e ou serviços, tais como de vigilância, limpeza e conservação, manutenção predial, energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, serviços de tecnologia da informação prestados pela DATAPREV – Empresa de Tecnologia e informações da Previdência, inclusive precatórios decorrentes dessas obrigações.

Fornecedores e Contas a Pagar	31/03/2024	31/12/2023	AH	AV
Fornecedores e Contas a Pagar nacional	177.477.122	129.448.099	37%	76%
Fornecedores e Contas a Pagar estrangeiro	57.139.835	57.139.835	0%	24%
Total	234.616.957	186.587.934	26%	100%

Circulante	177.477.122	129.448.099
Não Circulante	57.139.835	57.139.835

NOTA 10 - PROVISÕES

As Provisões compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos. Caso não seja provável que exista uma obrigação presente ou não seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, está-se diante de um passivo contingente, e não de uma provisão.

Provisões	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Matemáticas Previdenciárias	1.407.121.605.267	1.407.121.605.267	1.407.121.605.267	1.407.121.605.267
Outras Provisões	154.036.681.319	154.036.681.319	154.036.681.319	154.036.681.319
Perdas Judiciais e Adm.	-	-	121.182.205.160	121.186.828.502
Requisição de Pequeno Valor	-	-	16.099.056.964	18.912.573.976
Benef. Previd. e Assistenciais	-	-	5.527.598.964	5.818.102.732
Total	1.561.158.286.586	1.561.158.286.586	1.703.967.147.674	1.707.075.791.796
Circulante	95.977.523.398	95.977.523.398	117.604.179.326	120.708.200.106
Não Circulante	1.465.180.763.187	1.465.180.763.187	1.586.362.968.347	1.586.367.591.690

As provisões do MPS, administração direta, referem-se ao reconhecimento, mensuração e evidenciação do Passivo Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos servidores civis da União e sua atualização é realizada anualmente.

As informações das referidas provisões constam nas [Nota SEI nº 3/2024/ATUAR/CGACI/DRPSP/SRPC-MPS](#), de 31/01/24 e [Nota SEI nº 4/2024/ATUAR/CGACI/DRPSP/SRPC-MPS](#) de 01/02/2024, emitidas pelo Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – DRPPS, referentes às Provisões Matemáticas do RPPS da União e Provisões Matemáticas dos Benefícios que não se enquadram no art. 40 da Constituição Federal.

A seleção dos parâmetros, premissas e hipóteses aplicados na Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis, aposentados e pensionistas da União, para o exercício de 2024, foi realizada em observância aos parâmetros mínimos estabelecidos na Portaria MTP nº 1.467, de 2022, conforme [Nota SEI nº 02/2024/ATUAR/CGACI/DRPPS/SRPC-MPS, de 12/01/24](#) e [Relatório da Avaliação Atuarial com os resultados da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social \(RPPS\) dos servidores civis, aposentados e pensionistas da União](#), posicionada em 31 de dezembro de 2023, (anexo IV), este último emitido pelo DRPPS após considerações da Auditoria Financeira do TCU sobre as Demonstrações Contábeis 2023.

A Avaliação Atuarial do RPPS para o exercício de 2024 foi registrada, contabilmente, na data base de 31/12/2023. Ainda, nessa mesma data, foram registradas:

a) as correções da Avaliação Atuarial anterior do RPPS da União, posicionada em 31/12/2022, em atendimento ao Acórdão TCU – Plenário nº 999/2023, quando foi identificada a necessidade de correções nas tábuas biométricas empregadas na Avaliação Atuarial de 2023.

10.1 Provisões - FRGPS

Provisões	31/03/2024	31/12/2023	AH	AV
Perdas Judiciais e Administrativas	121.182.205.160	121.186.828.502	0%	85%
Requisição de Pequeno Valor	16.099.056.964	18.912.573.976	-15%	11%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.864.999.207	5.183.817.005	-6%	3%
Total	142.146.261.331	145.283.219.483	-2%	100%
Circulante	20.964.056.171	24.096.390.981		
Não Circulante	121.182.205.160	121.186.828.502		

O subgrupo Provisões a Curto Prazo, composto pela Requisição de Pequeno Valor e Benefícios Previdenciários e Assistenciais, estes apresentaram a uma redução de 14,88% e 6,15%, respectivamente, em relação ao saldo do exercício de 2023. Essa variação decorre dos lançamentos das provisões de RPVs e Precatórios apurados pelos Tribunais Federais e também do lançamento da provisão relativo aos requerimentos de benefícios previdenciários pendentes de análise conforme Provisão do Estoque de Benefícios.

Já subgrupo Provisões a Longo Prazo, composto pelas possíveis Perdas Judiciais e Administrativas, representa 85,25% do total das provisões. Esse valor refere-se à atualização dos riscos e valores das ações judiciais, data base 31/12/2023, afetados pelo direito de opção na apuração dos salários de contribuição até a publicação da Lei 9.876/99, conforme Provisões para Perdas Judiciais e em decorrência do ajuste de saldo de curto para longo prazo dos valores provisionados referentes à Precatórios e RPVs cancelados pela Lei 13.463/2017.

10.2 Provisões – INSS

Provisões	31/03/2024	31/12/2023	AH	AV
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	662.599.757	634.285.727	4%	100%
Total	662.599.757	634.285.727	4%	100%
Circulante	662.599.757	634.285.727		
Não Circulante	-	-		

As provisões, referentes ao reconhecimento do passivo dos pagamentos de benefícios previdenciários e assistenciais, do estoque pendente de análise do INSS, encerraram dezembro/23 no montante de R\$ 662.599.756,80 conforme registros contábeis na rubrica 217911000 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais.

Os critérios utilizados para apuração do valor das provisões estão definidos na [Nota Técnica Nº 57/2022/CGOFC/DIROFL-INSS](#), [Nota Técnica nº](#)

[17/2023/CGOFC/DIROFL – INSS](#), de 10/06/2023 e [Nota Técnica nº 52/2023/CGOFC/DIROLFL – INSS](#) de 11/10/2023 (anexos V, VI e VII).

NOTA 11 - DEMAIS OBRIGAÇÕES

As Demais Obrigações compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores do Passivo.

Demais Obrigações	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
TED	992.293	992.293	109.354.950.868	85.353.765.978
Compensações Previdenciárias	-	-	84.869.354.928	81.818.521.292
Consignações	28.808.271	28.341.928	9.992.731.692	9.134.683.131
GRU - Valores em Trânsito	12	12	199.838.261	81.933.556
Depósitos Judiciais e Não Judiciais	370	-	53.872.007	63.875.228
Indenizações, Rest. e Compensações	-	-	437.690	333.231
Diárias a Pagar	9.828	8.369	251.713	13.211
Adiantamentos Diversos	-	-	171.397	171.397
Obrigações com Entidades	-	548.617	51.412	586.409
Fatura - CPGF	-	-	8.237	3.953
OB Canceladas	291	-	771	226
Total	29.811.065	29.891.219	204.471.668.977	176.453.887.611
Circulante	29.811.065	29.891.219	120.609.118.529	95.529.955.669
Não Circulante	-	-	83.862.550.448	80.923.931.942

11.1 Demais Obrigações - FRGPS

Demais Obrigações	31/03/2024	31/12/2023	AH	AV
Compensações Previdenciárias	84.869.354.928	81.818.521.292	4%	90%
Consignações	8.767.094.798	7.988.778.231	10%	9%
GRU - Valores em Trânsito	130.733.326	12.823.445	919%	0%
Depósitos Judiciais e Não Judiciais	44.394.534	54.732.561	-19%	0%
Indenizações, Restituições e Compensações	241.446	173.393	39%	0%
Total	93.811.819.032	89.875.028.921	4%	100%
Circulante	9.949.696.133	8.951.656.109		
Não Circulante	83.862.122.899	80.923.372.812		

As Consignações resultaram no aumento de 9,74%, Depósitos Judiciais no aumento de 75,09%, Indenizações e Restituições no aumento de 39,25%, Valores em trânsito Exigível no aumento de 919,47% e Depósitos não judiciais na redução de 19,59%, todas em relação ao último trimestre de 2023. Os valores em trânsito exigível correspondem a valores recebidos através de Guia de Recolhimento da União pendentes de reclassificação financeira que é efetuada no decorrer do ano.

As Compensações previdenciárias representam 90,47% do grupo de Demais Obrigações, sendo que 89,39% encontram-se no passivo não circulante. Essa conta é segregada em valores a pagar à Regimes de Previdência Próprias -

RPPS da União, Estados e Municípios, que resultaram nos aumentos de: 22,34% para RPPS da União, 3,88% para RPPS dos Estados e 3,46% para RPPS dos municípios, em relação ao último trimestre de 2023. Essa variação decorre principalmente, do registro dos valores estimados de estoque de requerimentos pendentes de análise entre os Regimes de Previdências Próprias - RPPS da União, Estados e Municípios, conforme Nota Técnica 02/2024/DCOMP/CGRD/DIRBEN-INSS.

Em atendimento ao Acórdão TCU 1153/2021, os registros contábeis referentes à Compensação Previdenciária passaram a ser realizados pelos seus valores brutos, reconhecendo os créditos e obrigações do FRGPS, em consonância com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (Mcas), 9ª Edição, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, item, 4.5.8 - Compensação Previdenciária entre Regimes.

O registro expressivo dos valores das Demais Obrigações a Longo Prazo do FRGPS refere-se aos registros de valores de estoque de requerimentos pendentes de análise e a estimativa do montante que o FRGPS, como regime instituidor, tem a receber dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, como regime de origem, segregados em União, Estados e Municípios (Compensação Previdenciária Inter Orçamento Fiscal e Seguridade Social – OFSS – Estados e Municípios).

Importante mencionar que os registros contábeis da compensação previdenciária não ocorrem estritamente por competência, ou seja, os valores do mês X são apropriados no mês X+1 e serão pagos no mês X+2. Assim, o reconhecimento dos valores ocorre com atraso de um mês e o pagamento com dois meses de atraso, ocasionando uma defasagem na informação, em razão do que dispõe o Decreto 10.188/2019, fazendo com que as compensações previdenciárias sejam reconhecidas, parcialmente, pelo regime de caixa

11.2 Demais Obrigações - INSS

Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo e longo prazo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de março de 2024
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Demais Obrigações	31/03/2024	31/12/2023	AH	AV
TED	109.353.958.575	85.352.773.685	28%	99%
Consignações	1.196.514.451	1.117.297.111	7%	1%
GRU - Valores em Trânsito	69.104.923	69.110.099	0%	0%
Depósitos Judiciais e Não Judiciais	9.379.552	9.045.086	4%	0%
Diárias a Pagar	241.885	4.842	4895%	0%
Indenizações, Restituições e Compensações	195.686	159.839	22%	0%
Adiantamentos Diversos	171.397	171.397	0%	0%
OB Canceladas	481	-	-	0%
Fatura - CPGF	5.635	2.494	126%	0%
Total	110.629.572.585	86.548.564.552	28%	100%

Circulante	110.629.145.037	86.547.666.850
Não Circulante	427.548	559.130

O Subgrupo Demais Obrigações tem como principal composição os termos de execução descentralizadas – TED, que representa aproximadamente 99% do montante desse grupo e em relação a 2023 resultou em um aumento de 28,12%. Destaca-se que o TED entre o INSS e Ministério da Cidadania tem como finalidade a execução dos benefícios geridos pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS e outras despesas de custeio vinculadas aos benefícios assistenciais.

É importante ressaltar que embora o TED componha o passivo do órgão, o mesmo não representa obrigações financeiras do INSS. A baixa do saldo é realizada diretamente pelo Fundo Nacional de Assistência Social e só pode ser realizado após a prestação de contas do TED.

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido está detalhado de acordo com a tabela abaixo, sendo necessário um destaque aos ajustes de exercícios anteriores.

PL	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Patrim. Social/Cap. Social	-	-	-	-
Demais Reservas	-	-	104.559.263	104.559.263
Resultado do Exercício	6.604.265.006	7.205.988.878	1.751.263.515	24.224.097.170
Result. de Ex. Anteriores	- 1.569.128.543.161	- 1.416.195.996.782	- 1.665.154.101.216	- 1.501.710.026.718
Ações/Cotas em Tesouraria	-	-	-	-
Ajustes de Ex. Anteriores	8.020.607.130	137.705.696.335	76.224.212.549	109.935.808.288
Total	- 1.554.503.671.025	- 1.561.107.681.995	- 1.587.074.065.889	- 1.587.317.178.574

12.1 Ajustes de Exercícios Anteriores - FRGPS

V

Compreende os valores de despesas ou receitas de exercícios anteriores reconhecidas no exercício correspondente a data do saldo que não puderam ser apropriadas na época própria.

PL	31/03/2024	31/12/2023	AH	AV
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.014.947.932	37.738.985.203	-92%	100%
Total	3.014.947.932	37.738.985.203	-92%	100%

Houve uma redução de 92,01% em relação ao saldo final do exercício de 2023. Essa variação decorre da rotina de reclassificação contábil de encerramento e abertura de exercícios realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional através da qual o saldo final é atribuído às contas de superávits ou déficits do exercício com o objetivo de ajustar o saldo do Patrimônio Líquido para a abertura e avaliação do exercício corrente.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

NOTA 13 - RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado patrimonial apurado em **MARÇO de 2024** foi **superavitário** conforme demonstrado na tabela abaixo.

Resultado Patrimonial	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
VPA	237.112.593.603	121.748.974.068	902.728.682.137	727.594.050.974
VPD	230.508.328.597	121.713.734.539	900.977.418.622	738.632.177.085
Total	6.604.265.006	35.239.529	1.751.263.515	- 11.038.126.111

13.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

As variações patrimoniais aumentativas - VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o MPS e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

VPA	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Transf. e Delegações Recebidas	237.112.436.841	121.748.974.068	714.937.373.948	568.903.531.170
Contribuições	-	-	146.006.978.466	132.908.660.821
Outras VPA	144.948	-	27.506.781.185	18.368.590.121
VPA Financeiras	-	-	7.984.146.402	2.423.639.025
Valor. Ativos/Desinc. Passivos	395	-	4.533.039.585	3.570.521.609
Expl. e Venda Bens/Serviços	11.419	-	1.730.679.472	1.390.414.503
Imp./Taxas/Contrib. Melhorias	-	-	29.683.078	28.693.725
Total	237.112.593.603	121.748.974.068	902.728.682.137	727.594.050.974

13.1.1 Variações Patrimoniais Aumentativas - FRGPS

VPA	31/03/2024	31/03/2023	AH	AV
Transf. e Delegações Recebidas	221.468.693.656	202.764.430.903	9%	54%
Contribuições	146.006.978.466	132.908.660.821	10%	36%
Outras VPA	26.738.340.300	18.081.769.036	48%	7%
VPA Financeiras	7.970.992.890	2.404.924.850	231%	2%
Valor. Ativos/Desinc. Passivos	4.248.314.873	3.545.582.814	20%	1%
Expl. e Venda Bens/Serviços	1.284.002	2.022.616	-37%	0%
Total	406.434.604.187	359.707.391.040	13%	100%

- i. **Contribuições:** Além do registro das contribuições previdenciárias arrecadadas e das deduções da receita orçamentária (restituições, retificações, entre outras), são registradas pela Receita Federal do

Brasil (RFB) as atualizações dos créditos a receber oriundos das contribuições previdenciárias, em contrapartida das VPAs de Contribuições.

- ii. **Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras:** Compreende o somatório das VPA com operações financeiras, tais como descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros. A VPA Juros e Encargos de Mora sobre Crédito Tributário apresentou um crescimento horizontal de 301,67%, isso ocorreu devido ao aumento do reconhecimento de juros e encargos a receber, registrados por competência. Ressalta-se que compete à RFB a gestão das contribuições sociais, conforme disposto na Lei nº 11.457, de 16.03.2007.
- iii. **Outras VPAs:** Compreende o somatório das demais Variações Patrimoniais Aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como Resultado Positivo da Equivalência Patrimonial, Dividendos, Reversão de Ajuste de Perdas. A Reversão de Ajuste de Perdas, no FRGPS, compreende os Créditos por Dano ao Patrimônio de Crédito Administrativo; os Créditos Tributários Previdenciários - registrados pela RFB e a Dívida Ativa Previdenciária - registrada pela PGFN.

13.1.2 Variações Patrimoniais Aumentativas - INSS

VPA	31/03/2024	31/03/2023	AH	AV
Transf. e Delegações Recebidas	256.336.040.734	244.371.495.617	5%	99%
Expl. e Venda Bens/Serviços	1.729.384.051	1.388.391.886	25%	1%
Outras VPA	768.167.679	285.812.966	169%	0%
Valor. Ativos/Desinc. Passivos	284.684.485	24.865.218	1045%	0%
VPA Financeiras	13.126.600	18.687.974	-30%	0%
Total	259.131.403.550	246.089.253.662	5%	100%

- i. **Exploração e Venda de Bens e Serviços:** apresentou um acréscimo horizontal de 24,56% em relação ao mesmo período de 2023, explicado pelo aumento das receitas do 3º Leilão da Folha de Pagamento de Benefícios e do aumento da concessão de benefícios no decorrer do ano.
- ii. **Outras VPAs:** Tem-se os valores das Restituições que, na sua maioria, decorrem de recolhimento ao tesouro pelas instituições financeiras, da prestação de contas referente a benefícios assistenciais não sacados, e apresentaram uma redução de 42,17% em relação ao primeiro trimestre de 2023.

13.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD

As variações patrimoniais diminutivas - VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o MPS, implicando saída de recursos ou redução

de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

VPD	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Transf. e Deleg. Concedidas	229.060.321.040	121.713.600.733	605.488.436.896	465.619.485.471
Benef. Previd. Assistenciais	898.548	-	254.389.712.024	233.195.793.785
Perda Ativos/Incor. Passivos	1.483	-	30.065.255.952	29.822.003.951
Outras VPD	3.049	304	8.250.853.071	6.716.049.222
Pessoal e Encargos Sociais	1.434.018.282	-	2.343.768.587	792.371.114
Uso Bens/Serv./Cons. Capital	13.078.573	133.502	419.885.529	368.837.954
Tributárias	-	-	18.198.642	10.248.312
VPD Financeiras	7.620	-	1.307.921	2.107.387.276
Total	230.508.328.597	121.713.734.539	900.977.418.622	738.632.177.085

13.2.1 Variações Patrimoniais Diminutivas - FRGPS

VPD	31/03/2024	31/03/2023	AH	AV
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	226.941.967.554	210.267.484.110	8%	59%
Transferências e Delegações Concedidas	146.002.314.280	131.411.340.644	11%	38%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7.849.645.367	6.704.707.352	17%	2%
Desval. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	5.769.437.051	8.246.442.382	-30%	1%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	998.639	11.389.900	-91%	0%
Total	386.564.362.891	356.641.364.388	8%	100%

- i. **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas:** Compreende constituição de provisões, resultado negativo com participações, compensação financeira entre RGPS/RPPS, dentre outros. As Compensações Financeiras entre RGPS/RPPS apresentaram um acréscimo no reconhecimento do passivo decorrente da compensação previdenciária entre o RGPS e os RPPS dos Estados, DF e Municípios. Esse aumento decorre da execução do projeto piloto de automatização da análise dos requerimentos de compensação previdenciária instituída pela Portaria SRPC/MPS nº 635, de 09 de novembro de 2023.
- ii. **Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos:** Compreende a Variação Patrimonial Diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, com Provisões para Perdas, Perdas com Alienação e Perdas Involuntárias. Compreende também a Variação Patrimonial Diminutiva com a Incorporação de Passivos (subgrupos 364) e Desincorporação de Ativos (subgrupo 365). Observa-se no 1º Trimestre de 2024, comparado com o mesmo período do exercício anterior, um acréscimo de 13,92% nas atualizações do Ajuste de Perda de Crédito de Dívida Ativa Tributária Previdenciária.

13.2.2 Variações Patrimoniais Diminutivas - INSS

VPD	31/03/2024	31/03/2023	AH	AV
Transferências e Delegações Concedidas	230.385.758.370	212.456.114.676	8%	81%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	27.445.987.789	22.927.590.870	20%	10%
Desval. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	24.295.774.738	21.575.510.299	13%	9%
Pessoal e Encargos Sociais	902.907.281	786.101.305	15%	0%
Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	404.299.631	366.231.549	10%	0%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	401.058.697	11.262.037	3461%	0%
Tributárias	17.976.418	10.036.889	79%	0%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	301.662	2.095.997.377	-100%	0%
Total	283.854.064.587	260.228.845.001	9%	100%

- i. **Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos** A conta em questão demonstrou um avanço horizontal de 12,57% se confrontado ao mesmo período de 2024, devido, principalmente, ao registro dos TEDs (Termo de Execução Descentralizada), destinados ao pagamento de LOAS, efetuado pelo Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

13.3 Desempenho Financeiro

A tabela abaixo compara o Resultado Financeiro (confronto entre as VPA financeiras e VPD financeiras), com o mesmo período do exercício anterior.

Detalhamento	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
VPA Financeiras	-	-	7.984.146.402	2.423.639.025
VPD Financeiras	- 7.620	-	- 1.307.921	- 2.107.387.276
Total	- 7.620	-	7.982.838.481	316.251.749

13.4 Desempenho Não Financeiro

Na tabela abaixo, é apresentado o resultado da DVP, expurgando-se os efeitos da VPA financeira e VPD financeira.

Detalhamento	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
VPA Não Financeiras	237.112.593.603	121.748.974.068	894.744.535.734	725.170.411.949
VPD Não Financeiras	- 230.508.320.977	- 121.713.734.539	- 900.976.110.701	- 736.524.789.809
Total	6.604.272.626	35.239.529	- 6.231.574.966	- 11.354.377.860

13.5. Demonstração das Variações Patrimoniais - Ajustada

Visando qualificar as informações constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP foi evidenciado, no demonstrativo a seguir, a exclusão dos valores oriundos de transações realizadas intragrupo. Esses

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de março de 2024
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

valores, por representarem transações financeiras ocorridas entre unidades gestoras do próprio MPS, não alteram o Patrimônio Líquido.

Variação Patrimonial	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Aumentativa	8.052.272.563	35.373.335	297.240.245.241	261.974.565.503
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	29.683.078	28.693.725
Contribuições	-	-	146.006.978.466	132.908.660.821
Transferências e Delegações Líquidas	8.052.115.800	35.373.335	109.448.937.052	103.284.045.698
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	11.419	-	1.730.679.472	1.390.414.503
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-	7.984.146.402	2.423.639.025
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos	395	-	4.533.039.585	3.570.521.609
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	144.948	-	27.506.781.185	18.368.590.121
Diminutiva	- 1.448.007.556	- 133.806	-295.488.981.726	-273.012.691.614
Pessoal e Encargos	- 1.434.018.282	-	- 2.343.768.587	- 792.371.114
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	- 898.548	-	-254.389.712.024	-233.195.793.785
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	- 13.078.573	- 133.502	- 419.885.529	- 368.837.954
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	- 7.620	-	- 1.307.921	- 2.107.387.276
Desvalorização e Perda de Ativos e	- 1.483	-	- 30.065.255.952	- 29.822.003.951
Tributárias	-	-	- 18.198.642	- 10.248.312
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	- 3.049	- 304	- 8.250.853.071	- 6.716.049.222
Resultado Patrimonial	6.604.265.006	35.239.529	1.751.263.515	- 11.038.126.111

As exclusões efetuadas na DVP referem-se aos saldos originalmente registrados nos grupos “Transferências e Delegações Concedidas” e “Transferências e Delegações Concedidas”.

Transf. e Delegações Líquidas	Órgão		Órgão Superior	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Transf e Delegações Recebidas	237.112.436.841	121.748.974.068	714.937.373.948	568.903.531.170
Transf e Delegações Concedidas	229.060.321.040	121.713.600.733	605.488.436.896	465.619.485.471
Total	8.052.115.800	35.373.335	109.448.937.052	103.284.045.698

Cabe destacar que as Demonstrações Contábeis extraídas do SIAFI não dispõem de parametrização para identificar e excluir, de forma sistematizada, as transações realizadas entre unidades no âmbito do MPS. Da forma como a DVP é originalmente extraída, as informações produzidas não refletem de modo adequado a realidade, podendo distorcer o entendimento quanto às referidas transações.